

Idiana Tomazelli*

Governo explora terreno fértil para ampliar medidas em ano eleitoral

Em novo capítulo de sua cruzada contra a alta no preço dos combustíveis, o governo Lula (PT) decidiu mais que triplicar a subvenção destinada ao diesel e anunciou medidas adicionais para atacar o preço do gás de cozinha e socorrer o setor aéreo.

Em outra frente de batalha, a equipe econômica discute como reduzir o endividamento das famílias. Antes mesmo do lançamento, o pacote ganhou tentáculos para abarcar também MEIs (microempreendedores individuais), micro e pequenas empresas e dívidas estudantis.

O que começou como medidas pontuais para enfrentar os efeitos da guerra no Irã agora escala para um cardápio de ações de maior monta -coincidentemente, no momento em que as pesquisas indicam cenário desafiador para o petista nas urnas.

A dúvida agora é até onde o governo vai para minimizar o desconforto da população em ano eleitoral, e sob quais critérios.

Se por um lado a equipe econômica apontou a lógica por trás do novo subsídio para o diesel importado (garantir o abastecimento interno com ajuda de R\$ 1,20 por litro, equivalente à cobrança de ICMS), por outro não deixou claro

o motivo de estender a ajuda extra ao produto nacional (R\$ 0,80 por litro).

O subsídio ao gás de cozinha e o socorro ao setor aéreo, com desoneração do querosene e linhas de crédito com condições facilitadas, também se dão sob a justificativa da guerra, embora analistas vejam apenas o desejo do governo de tentar segurar na marra preços que impactam o bolso dos eleitores.

O verdadeiro custo das medidas ainda é desconhecido. O governo prevê impacto de R\$ 31 bilhões com as ações voltadas a combustíveis, a ser coberto por um imposto sobre exportação de petróleo. Mas a conta desconsidera o custo de emprestar dinheiro (para o setor aéreo, por exemplo) a uma taxa menor do que aquela paga pelo próprio Tesouro para se financiar no mercado.

Enquanto os números dessa fatura continuam opacos, o governo discute como baixar a conta de luz e reduzir a fila do INSS. O terreno é fértil.

***Jornalista. Escreve sobre economia na Folha de São Paulo, com foco em contas públicas, Previdência e políticas sociais**

Márcio Coimbra*

Perestroika Tropical

Se o Estreito de Ormuz retém hoje o fôlego da geopolítica global, o Palácio de Miraflores exige um olhar muito mais cirúrgico. Ali, testemunhamos uma metamorfose estrutural profunda: a saída de Nicolás Maduro e a ascensão de Delcy Rodríguez. A Venezuela deixou de ser um laboratório de resistência ideológica para se tornar o epicentro de um experimento de sobrevivência pragmática. Delcy é a arquiteta de uma “normalização autoritária” que desafia as leituras convencionais da diplomacia regional.

A demissão de Vladimir Padrino López do Ministério da Defesa e de Samuel Moncada da Embaixada nas Nações Unidas é o marco zero desta era. Ao remover a ponte entre o chavismo originário, as Forças Armadas e a diplomacia, os irmãos Rodríguez — Delcy e Jorge — consolidam um controle civil-repressivo, substituindo a lealdade ideológica por uma tecnocrática. O regime transmutou-se de monolito militar em corporação política. É a “Perestroika Tropical”: uma reestruturação econômica desenhada para garantir a longevidade do grupo no poder, sem qualquer concessão à transparência política.

A mudança mais radical reside na nova Lei de Hidrocarbonetos. Ao permitir que petroleiras estrangeiras operem com controle majoritário, Delcy transformou a PDVSA em um ativo de segurança nacional para potências externas. É o “Capitalismo de Estado” como escudo humano diplomático. Para o governo Trump, o realismo energético carrega o potencial de distensão. O petróleo fluindo com eficiência é a moeda de troca pelo silêncio internacional sobre o ainda déficit democrático interno, mesmo que esteja em processo de distensionamento.

A geopolítica venezuelana migrou do dogmático “Eixo da Resistência” para um pragmático “Eixo da Conveniência”. À China, mesmo

que mais distante, Delcy oferece ordem operacional e previsibilidade de pagamentos. Paralelamente, os laços com Cuba e Irã sofreram uma mutação fria, com o subsídio ideológico cedendo espaço à eficiência pura. Havana agora é tratada como uma prestadora de serviços em declínio, enquanto a presença iraniana se enfraquece para sinalizar ao Ocidente a disposição do regime em mitigar influências indesejadas em troca de reconhecimento.

O triângulo com os EUA é estritamente transaccional. Washington tende a preferir uma Venezuela estável e aberta a negócios do que uma democracia incerta. Assim, a libertação seletiva de prisioneiros políticos funciona como válvula de escape diplomática para arrefecer pressões sem que os Rodríguez renunciem ao controle absoluto.

A inovação de Delcy é o descarte da estética revolucionária em favor da gerencial. Ela compreendeu que a comunidade internacional, exausta de crises, aceita um autoritarismo funcional. Para o Brasil e a região, o desafio é complexo: lidamos com uma liderança que domina as ferramentas da política global. Delcy criou um ambiente onde o custo de derrubar o regime é maior do que o de mantê-lo. Se estabilizar a inflação e a produção petrolífera em 2026, ela terá inventado a autocracia do século XXI: aquela que não se isola, mas convida o mundo para ser sócio da sua própria permanência.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

EDITORIAL

República do ‘Paredão’: eleição ou espetáculo?

A eleição de representantes para o governo do país, estado e município deveria ser um processo consciente, informado e estratégico. E é assim em muitas nações pelo mundo, mas não no Brasil. Aqui, o processo eleitoral está mais para um entretenimento barato (dos mais duvidosos) e período propício para se ganhar ‘um extra’.

A cada ciclo eleitoral, o processo de escolha dos representantes se torna mais aleatório. As campanhas divulgadas são como espetáculos de um circo mal-ajambrado, pobre de argumentos, técnica, enredo, além de artistas mal preparados, que repetem sempre os mesmos números e tropeços. Já o eleitor, escolhe na véspera do pleito o candidato que mais lhe agrada, como quem busca um personagem televisivo que mais goste.

E a “fauna” é vasta. Tem candidato que saiu do ringue, do púlpito, da live e, porque não, da “casa mais vigiada do país”. Sim, do mesmo lugar onde se disputa a liderança com provas de resistência e se resolve conflitos no confessionário, que também serve de “pré-campanha involuntária”.

Ao longo dos anos, mais de 30 ex-participantes do Big Brother Brasil tentaram a sorte nas urnas, com resultados, digamos, menos empolgantes. Só dois conseguiram se eleger: Jean Wyllys (BBB 5, 2005) e Adrilles Jorge (BBB 15, 2015) - o que já é uma bizarrice,

convenhamos...

A lista dos que tentaram dá quase um elenco de reprise: Babu Santana (BBB 20, 2020), Mara Viana (BBB 6, 2006), Diego Alemão (BBB 7, 2007), Maria Melilo (BBB 11, 2011). Todos, em algum momento, trocaram o paredão pelo palanque.

E não para por aí. Teve candidata com 111 votos; outro, com apenas algumas dezenas; gente que saiu com mais apoio do paredão do BBB do que da urna. O problema não é a origem, porque a democracia não exige currículo específico. Mas exige critério. E é aí que mora o perigo. O voto, muitas vezes, parece guiado mais pela fama do que pela capacidade do candidato.

No Brasil foi criada a figura do “puxador de votos”: aquele que arrasta multidões pela notoriedade e não pela sua proposta. E o eleitor, embarca. Como se popularidade fosse sinônimo de preparo, e carisma substituisse o comprometimento de projetos e pautas demandadas.

No fim, a eleição vira um grande reality show, com torcida organizada, eliminação, reviravolta e, é claro, muita gente votando por impulso sem entender a seriedade do que está fazendo. E, talvez, esse seja o maior erro que cometemos. Enquanto tratarmos a política como ‘espetáculo’, continuaremos elegendo “personagens”, quando o país precisa de representantes preparados.

Opinião do leitor

Coerência

O Papa Leão XIV convoca uma oração mundial pela paz no dia 11 de abril: “Não podemos permanecer indiferentes à violência. Quem tem armas nas mãos, que as desponha! A quem tem o poder de desencadear guerras, que opte pela paz!”. Paz entre as Nações. Isso é coerência! O mundo precisa de paz que dure para sempre.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília-Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.